

Demonstrações Financeiras

Central Eólica Volta do Rio S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
5. CONTAS A RECEBER - ELETROBRAS.....	16
6. TRIBUTOS A RECUPERAR.....	16
7. DEPÓSITOS VINCULADOS.....	17
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	17
9. FORNECEDORES.....	19
10. TRIBUTOS.....	19
11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	19
12. PROVISÕES PARA RISCOS.....	20
13. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	21
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
15. RECEITA.....	22
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	23
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	24
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	26
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	27
21. COMPROMISSOS	30
PARECER DO CONSELHO FISCAL	31
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R\$274.867 mil (R\$274.867 mil em 31 de dezembro de 2021), representado por 274.867.441 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (274.867.441 em 31 de dezembro de 2021), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia apresentou um lucro de R\$41.764 mil em 2022, comparado a um lucro de R\$32.865 mil em 2021. A variação justifica-se, principalmente, pela melhora no resultado financeiro, sendo uma receita financeira líquida de R\$2.290 mil comparada a uma despesa financeira líquida de R\$5.349 mil em 2021.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$89.275 mil em 2022, em comparação a R\$80.529 mil em 2021, representando um aumento de 10,86%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$3.533 mil em 2022, comparados a R\$3.193 mil em 2021.

Na mesma proporção em que se aumenta a receita operacional, é percebido um aumento nos tributos incidentes sobre ela, sendo estes os maiores valores no que tange às deduções da receita operacional.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$45.224 mil em 2022, em comparação a R\$39.415 mil em 2021, representando um aumento de 14,74%.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2022 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$2.290 mil, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$5.349 mil em 2021. Houve, em 2021, o pagamento do saldo remanescente do contrato de financiamento que a Companhia possui com a Caixa Econômica Federal. Por esta razão, não houve reconhecimento de despesa financeira relativa a juros sobre empréstimos e financiamentos em 2022.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia apurou despesas no montante de R\$4.577 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente, no mesmo período de 2021, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.900 mil.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o Lajida foi de R\$62.734 mil (R\$59.043 mil em 2021). A margem do Lajida foi de 70,27% em 2022 e 73,32% em 2021, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado do exercício	41.764	32.865	27,08
Amortização e depreciação	18.683	17.929	4,21
Resultado financeiro	(2.290)	5.349	-
Despesa de IR e CS	4.577	2.900	57,83
Lajida	62.734	59.043	6,25

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$41.764 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$41.764 mil para absorção de prejuízos acumulados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.489	884
Títulos e valores mobiliários	4	61.218	17.631
Contas a receber	5	43.123	37.057
Tributos a recuperar	6	1.330	1.656
Despesas antecipadas		1	529
Depósitos vinculados	7	4.293	5.287
Outros ativos		25	-
TOTAL DO CIRCULANTE		120.479	63.044
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	231	3.626
Depósitos vinculados a litígios		10	10
Tributos diferidos		164	285
Imobilizado	8	165.272	174.696
Intangível	8	1.101	1.229
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		166.778	179.846
ATIVO TOTAL		287.257	242.890

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	4.681	5.537
Tributos a recolher	10	3.089	1.092
Imposto de renda e contribuição social	10	2.054	-
Outros passivos		2.057	1.675
TOTAL DO CIRCULANTE		11.881	8.304
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	19	842	842
Tributos diferidos	10	-	1.589
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	1.115
Provisão para desmobilização de ativos	13	25.914	24.184
Outros passivos		120	120
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		26.876	27.850
TOTAL DO PASSIVO		38.757	36.154
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
Capital social		274.867	274.867
Prejuízos acumulados		(26.367)	(68.131)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		248.500	206.736
PASSIVO TOTAL		287.257	242.890

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto o resultado básico e diluído por lote de mil ações)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	14	89.275	80.529
CUSTOS OPERACIONAIS	16		
Custos com energia elétrica		(5.316)	(4.661)
Custos de operação		(34.900)	(30.169)
		(40.216)	(34.830)
LUCRO BRUTO		49.059	45.699
DESPESAS OPERACIONAIS	15		
Despesas gerais e administrativas		(4.035)	(3.475)
Outras despesas operacionais		(974)	(1.110)
		(5.009)	(4.585)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		44.050	41.114
Receitas financeiras	16	6.086	1.018
Despesas financeiras	16	(3.796)	(6.367)
		2.290	(5.349)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		46.340	35.765
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(5.855)	(1.693)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.279	(1.207)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		41.764	32.865

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	41.764	32.865
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	41.764	32.865

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	117.230	(100.996)	157.637	173.871
Aumento de Capital Social	157.637	-	(157.637)	-
Resultado do exercício	-	32.865	-	32.865
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	274.867	(68.131)	-	206.736
Resultado do exercício	-	41.764	-	41.764
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	274.867	(26.367)	-	248.500

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	41.764	32.865
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 16)	18.683	17.929
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 17)	-	892
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 17)	(32)	(280)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	(1.279)	1.207
PIS/Pasep e Cofins diferidos (Nota 15)	(1.304)	(1.304)
Varição monetária - Desmobilização de ativos (Nota 13)	3.678	5.168
	61.510	56.477
(Aumento) Redução de ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	(6.066)	(33.564)
Tributos a recuperar (Nota 6)	326	(414)
Despesas antecipadas	528	(529)
Outros ativos	121	(203)
	(5.091)	(34.710)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(856)	(2.222)
Tributos a recolher	4.051	654
Imposto de renda e contribuição social a recolher	762	822
Tributos diferidos	(121)	2.801
Contas a pagar – Eletrobras (Nota 5)	-	(4.392)
Outros passivos	382	761
	4.218	(1.576)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	60.637	20.191
Imposto de renda e contribuição social pagos	(762)	(822)
Juros pagos (Nota 11)	-	(424)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	59.875	18.945
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição ao imobilizado e ao intangível (Nota 8)	(11.104)	(11.197)
Títulos e valores mobiliários	(40.192)	(16.685)
Depósitos vinculados (Nota 7)	1.026	15.568
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(50.270)	(12.314)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamentos (Nota 11)	-	(17.197)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(17.197)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.605	(10.566)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	884	11.450
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	10.489	884
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.605	(10.566)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Volta do Rio S.A., localizada no município de Acaraú, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL no 660/2001, com início de sua operação comercial em setembro/2010 até dezembro/2031.

A Central Eólica Volta do Rio S.A. é um empreendimento localizado em Acaraú, no estado do Ceará. O aproveitamento é de 42 MW de potência instalada distribuídos em 28 aerogeradores, utilizando aerogeradores Vensys VS-70 de 1,5 MW, com torres de 65 metros de altura. Toda sua energia é comercializada por meio do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (“PROINFA”).

Em 31 de dezembro de 2022, a Central Eólica Volta do Rio S.A. estava com 27 aerogeradores em operação (já reformados), e um em fase final de montagem. Toda a potência do Parque Eólico foi restaurada no dia 21/01/2023 e, no momento, todos os equipamentos estão em operação.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 3 de maio de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Contas a receber e contas a pagar – Eletrobras (Ajuste de energia);
- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 12 – Provisões para riscos;
- Nota 13 – Provisão para desmobilização de ativos;

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia e suas controladas. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7 Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	62	47
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	109	-
Overnight	10.318	837
Total	10.489	884

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 93,5% e 99% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que variou entre 13,62% a.a. e 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (8,87% a.a. e 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	6.722	1.033
Letras Financeiras Bancos - LFs	40.034	14.561
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	14.111	1.833
Debêntures	351	204
	61.218	17.631
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	3.576
Debêntures	231	50
	231	3.626
Total	61.449	21.257

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam de 103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

As Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As práticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 20. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONTAS A RECEBER - ELETROBRAS

	2022	2021
Ativo circulante		
Venda de energia faturada	13.727	5.665
Ajuste de energia	29.396	31.392
Total	43.123	37.057

O ajuste de excedente de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada pela Eletrobras no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício.

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 20.

	2022	2021
Energia gerada em MWh	120.147	130.319
Energia faturada em MWh	83.786	83.786
Ajuste de energia em MWh	36.361	46.533
Ajuste de energia em R\$ mil	29.396	31.392

Prática contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2022	2021
Cofins a recuperar	438	423
PIS/Pasep a recuperar	95	91
CSLL a recuperar (a)	-	297
IRRF a recuperar (a)	797	845
Total	1.330	1.656
Circulante	1.330	1.656

- (a) Referem-se a créditos oriundos de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia à Eletrobras e a créditos oriundos de retenções na fonte de aplicações financeiras.

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2022	2021
Depósitos vinculados - Contas bancárias		
Conta centralizadora	-	1.417
Depósitos vinculados - Aplicações Financeiras		
Conta reserva especial	3.878	3.735
Atualização financeira	415	135
Total	4.293	5.287

Os depósitos vinculados referem-se ao contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

A conta centralizadora, recebedora das receitas oriundas do contrato com o Proinfra, era utilizada pela Caixa Econômica Federal para depósito nas contas reserva, reserva especial e para pagamento das obrigações do contrato de dívida. Devido à amortização antecipada da dívida, apenas a reserva especial deverá ser mantida e os recursos remanescentes são liberados para livre movimentação. Em 18 de abril de 2023, a Caixa Econômica Federal emitiu o termo de quitação e liberação das garantias, desta forma a partir do 2º trimestre de 2023, não será mais necessário manter o depósito nas contas reserva, reserva especial e para pagamento das obrigações do contrato de dívida.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa média anual de deprec/amortiza(%)	2022			2021		
		Custo	Dep./Amort. acum.	Valor líquido	Custo	Dep./Amort. acum.	Valor líquido
Intangível							
Servidão	8,33	1.470	(369)	1.101	1.470	(245)	1.225
Licença de uso de software	18,59	38	(38)	-	38	(34)	4
Total do Intangível		1.508	(407)	1.101	1.508	(279)	1.229
Imobilizado							
Móveis e utensílios	6,16	91	(74)	17	91	(68)	23
Máquinas e equipamentos (1)	5,39	363.329	(204.029)	159.300	333.565	(185.509)	148.056
Edificações	10,43	40	(2)	38	-	-	-
Veículos		111	(111)	-	111	(111)	-
Imobilizado em curso	-	5.917	-	5.917	26.617	-	26.617
Total do Imobilizado	-	369.488	(204.216)	165.272	360.384	(185.688)	174.696
Total Imobilizado + Intangível	-	370.996	(204.623)	166.373	361.892	(185.967)	175.925

(1) Em 2022, a taxa média de depreciação da conta "Máquinas e equipamentos" é de 5,39% a.a. (5,15% a.a. em 2021).

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adição (A)	Baixa (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Deprec./ Amort. acumulada	Saldo em 31/12/2022
Intangível								
Servidão	1.470	-	-	-	1.470	-	(369)	1.101
Licença de uso de software	38	-	-	-	38	-	(38)	-

Total do Intangível	1.508	-	-	-	1.508	-	(407)	1.101
Imobilizado								
Máquinas e equipamentos	348.890	-	(2.000)	16.439	363.329	14.439	(204.029)	159.300
Edificações	-	-	-	40	40	40	(2)	38
Móveis e utensílios	91	-	-	-	91	-	(74)	17
Veículos	111	-	-	-	111	-	(111)	-
Imobilizado em curso (a)	11.292	11.104	-	(16.479)	5.917	(5.375)	-	5.917
Total do Imobilizado	360.384	11.104	(2.000)	-	369.488	9.104	(204.216)	165.272
Imobilizado + Intangível	361.892	11.104	(2.000)	-	370.996	9.104	(204.623)	166.373

(a) Refere-se substancialmente a aerogeradores em reforma

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Prática contábil

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo da autorização de operação ao qual se refere.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, considerando o prazo do contrato de venda de energia, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Intangível

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativo intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

9. FORNECEDORES

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	532	467
Materiais e serviços	4.039	4.960
Outros	110	110
Total	4.681	5.537

10. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
Circulante		
ICMS	2	15
Cofins	1.451	191
PIS/Pasep	314	41
INSS	670	631
ISSQN	378	39
Outros	274	175
	3.089	1.092
Não circulante		
Cofins	-	1.306
PIS/Pasep	-	283
	-	1.589
TOTAL	3.089	2.681

b) Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda	1.409	-
Contribuição social	645	-
	2.054	-
Não circulante		
Imposto de renda	-	746
Contribuição social	-	369
	-	1.115
Total	-	1.115

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Amortização antecipada de dívida

Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada do saldo devedor do contrato de dívida com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$8.766.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.729
Variação monetária	718
Encargos financeiros provisionados	174
Encargos financeiros pagos	(424)
Amortização	(17.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Variação monetária	-
Encargos financeiros provisionados	-
Encargos financeiros pagos	-
Amortização	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

A Caixa Econômica Federal apresentou notificação à Companhia em dezembro de 2020, referente à revisão dos cálculos da evolução da dívida dos contratos de financiamento com o Padrão Monetário TJLP-D, entre o período de janeiro de 2005 a setembro de 2010, e foram identificadas divergências na conversão em Real das movimentações financeiras durante a evolução financeira da dívida. Em janeiro de 2022, a Caixa Econômica Federal apresentou nova notificação, atualizando os valores cobrados. A Companhia está avaliando as alternativas para solucionar essa pendência, e, até que haja algum acordo entre as partes, as garantias devem ser mantidas na conta de reserva especial. Em 18 de abril de 2023, a Caixa Econômica Federal emitiu o termo de quitação e liberação das garantias.

12. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui processos cuja probabilidade de perda seja considerada provável pelos assessores jurídicos.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Cíveis

Ainda, a Companhia está envolvida em ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$97 (R\$85 em 31 de dezembro de 2021).

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$2.240 (R\$2.098 em 31 de dezembro de 2021).

Outras

A Companhia está envolvida em ações patrimoniais, a qual foi movida para exclusão da Companhia do agrupamento de execução referente a questões imobiliárias, no montante de R\$13 (R\$9 em 31 de dezembro de 2021).

13. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução ANEEL 660/2001, a Volta do Rio está autorizada a operar até dezembro de 2031. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2020	9.811
Amortização	(879)
Remensuração (1)	(4.591)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2021	4.341
Amortização	(434)
Remensuração (1)	(1.948)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2022	1.959
Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.607
Variação monetária	5.168
Remensuração (1)	(4.591)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.184
Variação monetária	3.678
Remensuração (1)	(1.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.914

(1) Em atendimento ao CPC 25, a Companhia reavaliou a taxa de desconto utilizada para refletir em valor presente os custos estimados para desmobilização do parque eólico. Considerando que a variação da NTN-B Principal foi significativa, a Companhia aplicou o efeito da mudança da taxa de desconto na remensuração.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$274.867 (R\$ R\$274.867 em 31 de dezembro de 2021), representado por 274.867.441 ações ordinárias (274.867.441 em 31 de dezembro de 2021), todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$41.764, seja dada a seguinte destinação:

- R\$41.764 para absorção de prejuízos acumulados.

15. RECEITA

	2022	2021
Venda de energia	92.808	83.722
Deduções à receita operacional (a)	(3.533)	(3.193)
Receita operacional líquida	89.275	80.529

(a) Deduções à receita operacional

	2022	2021
PIS/Pasep e Cofins correntes	(4.694)	(1.750)
PIS/Pasep e Cofins diferidos	1.304	(1.304)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(143)	(139)
Total das deduções	(3.533)	(3.193)

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2022	2021
Encargos de uso da rede básica de transmissão	5.316	4.661
	5.316	4.266

Custos de operação

	2022	2021
Material	1.812	4.040
Serviços de terceiros	12.959	7.541
Amortização e depreciação	18.683	17.929
Outros custos e despesas operacionais	1.446	659
	34.900	30.169

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	4.035	3.475
Outras despesas operacionais, líquidas	974	1.110
Aluguéis e arrendamentos	200	218
Seguros	495	421
Impostos e taxas	47	63
Outras despesas	232	408
Total	5.009	4.585

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira – Equivalentes de caixa	5.597	603
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	447	415
Outras receitas financeiras	42	-
	6.086	1.018
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(892)
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(3.678)	(5.168)
Outras despesas financeiras	(118)	(307)
	(3.796)	(6.367)
Resultado financeiro	2.290	(5.349)

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrado abaixo:

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	94.804	94.804
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	7.584	11.376
Receitas financeiras sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.710	2.710
Base de cálculo do lucro presumido	10.294	14.086
Alíquota	15%	9%
IR e CS	1.544	1.268
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	1.005	-
IR e CS – Total	2.549	1.268
Rendas de aplicações não resgatadas	2.417	2.417
Alíquota	25%	9%
IR e CS – Diferidos	604	218

Receita por competência - Ajuste de receita	(1.996)	(1.996)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	(160)	(240)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	(40)	(22)
Realização de rendas não resgatadas acumuladas	2.932	2.932
Alíquota	25%	9%
IR e CS	733	264
Realização de receita por competência diferida acumulada	33.787	33.787
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	2.703	4.054
Alíquota	25%	9%
IR e CS	676	365
IR E CS - Despesa	4.522	2.093
Corrente	3.958	1.897
Diferido	(845)	(433)

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	47.938	47.938
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	3.835	5.753
Receitas financeiras sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	709	709
Base de cálculo do lucro presumido	4.544	6.462
Alíquota	15%	9%
IR e CS	682	582
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	429	-
IR e CS – Total	1.111	582
Rendas de aplicações não resgatadas	309	309
Alíquota	25%	9%
IR e CS – Diferidos	77	28
Receita por competência - Ajuste de receita	35.784	35.784
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo	2.863	4.294
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferidos	716	386
IR E CS - Despesa	1.904	996
Corrente	1.111	582
Diferido	793	414

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido

(12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um ativo/passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis/tributáveis referentes a receita bruta e as receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Convênio de compartilhamento (1)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.825	1.653	-	-	(3.019)	(2.614)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	158	206	-	-	(2.216)	(2.225)
Encargos de uso da rede (3)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	7	7	-	-	(75)	(78)
Taesa	-	-	24	26	-	-	(295)	(246)
Notas de crédito (4)								
Central Eólica Volta do Rio S.A.	843	843	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	10.318	837	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	61.219	17.632	-	-	3.473	388	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	231	3.626	-	-	-	-	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Referem-se a encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução;
- (4) Refere-se a reembolso de pagamentos de despesas com o serviço prestado pela WEG para recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Volta do Rio aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 3,39% em 31 de dezembro de 2022 (0,99% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	100	85
Participação nos resultados	27	16
Previdência privada	9	7
Planos de saúde e odontológico	1	1
Seguro de vida	-	-
Total (1)	137	109

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes		43.123	43.123	37.057	37.057
Títulos e valores mobiliários		8.442	8.442	11.155	11.155
Depósitos vinculados - Aplicações financeiras		4.293	4.293	3.871	3.871
		55.858	55.858	52.083	52.083
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	10.427	10.427	837	837
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	6.722	6.722	1.033	1.033
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	31.823	31.823	7.236	7.236
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	14.111	14.111	1.833	1.833
Debêntures	2	351	351	-	-
		63.434	63.434	10.939	10.939
		119.292	119.292	63.022	63.022
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(4.681)	(4.681)	(5.537)	(5.537)
Partes relacionadas - Notas de débito		(842)	(842)	(842)	(842)
		(5.523)	(5.523)	(6.379)	(6.379)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	4.680	1	-	-	-	4.681
Total	4.680	1	-	-	-	4.681

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobras no âmbito do Proinfra, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

Prática contábil

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados, fornecedores e partes relacionadas.

21. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento mensal
367,02	02/02/2002	14/07/2030	28 anos	2% da Receita operacional

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Volta do Rio S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram a proposta da Diretoria à Assembleia Geral Ordinária, no sentido de que a destinação do Resultado do exercício de 2022, no montante de R\$41.764 mil, da seguinte forma: R\$41.764 mil para absorção de prejuízos acumulados. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 2023.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2023.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Central Eólica Volta do Rio S.A.
Belo Horizonte- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Volta do Rio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Volta do Rio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em

continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de Maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7